



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO PÓS PANDEMIA (2020 – 2024)

Veronica Maria Machado¹

Glaucia dos Santos Marcondes²

RESUMO

O artigo analisa a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro durante e após a pandemia do COVID-19, refletindo sobre a bibliografia que aponta as principais implicações sociais e econômicas. Os resultados preliminares apresentados fazem parte de pesquisa de iniciação científica que se insere nos debates sobre o trabalho feminino nos campos da sociologia do trabalho, da demografia e economia, investigando a persistência das desigualdades de gênero no emprego e as transformações recentes. O objetivo principal é verificar como se deu a participação feminino o mercado de trabalho no período de 2020 a 2024 e como foi afetado pela pandemia do COVID-19. Para isso, será considerado os dados da PNAD Contínua, com enfoque nos aspectos de formalidade, diferença salarial e taxa de desemprego. A metodologia combina a revisão da literatura e análise de indicadores sociais, complementados com reflexões teóricas sobre a divisão sexual do trabalho. Os resultados preliminares indicam que, como em outros momentos de crise, a pandemia do COVID-19 agravou as condições de trabalho, indicando um aumento da precarização das condições laborais que afetam especialmente as mulheres. Verifica-se a permanência das desigualdades salariais, mesmo em setores tradicionalmente femininos, e aumento da informalidade do trabalho. A pesquisa destaca a relevância de compreender as dinâmicas entre gênero e trabalho em um contexto de crise econômica e social, visando preencher lacunas nos estudos sobre os impactos da pandemia no mercado de trabalho feminino. Este trabalho contribui para o debate sobre políticas públicas voltadas para a equidade de gênero e condições justas de trabalho.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Gênero; Pandemia; Desigualdades salariais; Precarização.

INTRODUÇÃO

A participação das mulheres no mercado de trabalho é um tema amplamente discutido e reflete as dinâmicas históricas e estruturais que moldam as desigualdades de gênero. A autora Danièle Kergoat relata que o movimento feminista tem início “a partir da tomada de consciência de uma opressão específica” de que grande parte do trabalho era realizado gratuitamente e invisibilizado pelas mulheres, feito para os outros “sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno”. Para a autora, a divisão do trabalho decorre das relações sociais de sexo e está organizado em duas estruturas, a da separação e da hierarquização. A separação consiste em qualificar alguns trabalhos para homens e outros

¹ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – IFCH/Unicamp. E-mail: v248852@dac.unicamp.br ORCID: 0009-0000-5998-4903.

² Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/UNICAMP. E-mail: gal@nepo.unicamp.br ORCID: 0000-0002-3750-0530.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

para as mulheres. A hierarquização qualifica o trabalho do homem como superior ao da mulher. Essas concepções sociais mudam no tempo e espaço (Kergoat, 2009).

Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya (2023) amplia a discussão ao introduzir o conceito de reprodução social que envolve a socialização e a reprodução de comportamentos, habilidades e qualificações. É reproduzir e internalizar formas de disciplina. Na teoria marxista, o termo se refere à reprodução da força de trabalho. A reprodução social se sustenta em um modelo de divisão sexual do trabalho que é simultaneamente complementar e assimétrico. Nesse arranjo, os homens dedicam majoritariamente seu tempo ao trabalho remunerado, enquanto as mulheres se ocupam principalmente das tarefas domésticas e do cuidado com a família. Tais dinâmicas perpetuam desigualdades que atravessam gerações, reproduzindo padrões que limitam a autonomia econômica feminina.

Antônio Sérgio A. Guimarães (2016) relata a dificuldade de compreender o sexo como um conceito não biológico, mas sim cultural. O desenvolvimento do ser humano a partir do seu potencial biológico aconteceu junto com o desenvolvimento cultural, por essa razão, não existe sexo sem cultura. O autor define o sexo, a partir da perspectiva sociológica, como uma relação de poder que constitui a base a partir da qual se desenvolvem e se articulam diferentes processos sociais de dominação e exploração. Elas influenciam as dinâmicas de interação, estabelecendo hierarquias e padrões que moldam a organização das estruturas sociais e das práticas cotidianas, sendo uma maneira de regulação social (Guimarães, 2016, p. 35).

As relações entre homens e mulheres, marcadas por antagonismos e hierarquias de poder, são baseadas em construções sociais, não biológicas. Essas construções têm fundamentos materiais e estão ligadas à divisão concreta do trabalho, não sendo transformadas apenas por mudanças ideológicas ou de mentalidade. Historicamente, essas relações refletem uma dinâmica de dominação entre os sexos (Kergoat, 2009, p. 71).

A soberania masculina, justificada pela diferença de sexo, construiu socialmente uma relação assimétrica entre homens e mulheres. Considerando o contexto, essa assimetria varia. O patriarcado se sobressai principalmente em famílias de classes mais altas, no entanto, sempre existiram outras formas de família e o matrifocalidade predominou nas classes economicamente mais baixas. As mulheres de classes economicamente baixas, especialmente mulheres negras, sempre necessitaram trabalhar fora de casa desempenhando atividades



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

desvalorizadas e de baixa remuneração conciliando ainda com as responsabilidades domésticas (Jesus; Barbosa, 2016).

Apesar de haver mudanças e melhora nas condições sociais das mulheres, ainda há disparidade quando comparada aos homens. Devido às mudanças sociais que ocorrem, novas configurações da divisão sexual do trabalho surgem. A autora Kergoat cita entre algumas configurações a aparição e desenvolvimento dos “nomadismos sexuais” e a priorização do emprego feminino (Kergoat, 2007).

Com o aumento da precarização e flexibilização do emprego, há o nomadismo no tempo para as mulheres que é a exploração do tempo do trabalho da mulher de maneira irregular e o nomadismo de espaço para homens. Assim, observa-se que a flexibilização por intensificar os estereótipos nas relações sociais de gênero e molda as formas de trabalho (Kergoat, 2007).

Também há um paradoxo no emprego feminino. Por um lado, houve um aumento das mulheres ocupando cargos de nível superior, representando 10% dos inseridos nessa categoria. Por outro lado, houve um empobrecimento de outra parcela das mulheres, que representa 79% dos trabalhadores de baixo salário e 52% dos desempregados. Assim, surge uma camada de mulheres cujos interesses são conflitantes com os interesses de outras mulheres, independentemente de vínculos tradicionais masculinos, intensificadas pela generalização do trabalho em tempo parcial, empregos precários e desvalorizados, além de uma precariedade laboral generalizada (Kergoat, 2007).

No Brasil, a partir da década de 1970 há o aumento expressivo de instrução feminina que favoreceu a inserção das mulheres no mercado de trabalho (Leone; Portilho, 2018). Havia, desde então, uma clara diferença na escolha de profissões, o que poderia ser determinante para as diferenças salariais, sendo as principais escolhas das mulheres as profissões relacionadas ao cuidado.

Homens e mulheres passaram por um processo de construção social que determinou os papéis que deveriam percorrer e desempenhar na vida (Jesus; Barbosa, 2016). Com o decorrer do tempo, as mulheres passaram a ingressar em outros mercados, no entanto, verificou que mesmo dentro de uma mesma profissão, as mulheres seguiam em áreas mais desvalorizadas (Leone; Portilho, 2018).



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

O artigo “Participação da Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro de 2014 a 2019” (Baltar; Omizzolo, 2020) destaca que há uma segregação na contratação de trabalhadores pelas empresas decorrentes à tendência à concentração de trabalhadores em segmentos distintos, tendendo à formação de “guetos ocupacionais”. O artigo verificou uma melhora na discrepância salarial, no entanto, a redução da diferença salarial foi consequência da deterioração do mercado de trabalho brasileiro e não uma melhora para as mulheres. Ainda assim, se manteve a segregação ocupacional (mulheres voltadas para profissões relacionadas ao cuidado).

Assim, esse artigo propõe revisar os dados e a literatura a fim de verificar se houve melhora ou piora do cenário para as mulheres e quais impactos decorrentes da pandemia para a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Para isso, serão analisados os dados da PNAD Contínua.

O artigo será dividido em 5 seções, incluindo a presente introdução. A primeira parte apresentará uma revisão da literatura sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, diferenças salariais entre homens e mulheres e as expectativas das mulheres no mercado de trabalho. Na 2ª seção serão apresentados os resultados analisados pelo artigo “Participação da Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro de 2014 a 2019”. A seção 3 apresentará uma análise da conjuntura atual das mulheres no mercado de trabalho pós-pandemia, introduzindo os impactos da pandemia no desemprego no Brasil e os impactos para as mulheres, verificando possíveis melhoras e mudanças no trabalho feminino. A última seção apresentará as conclusões do artigo.

INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

As mulheres sempre estiveram presentes no mercado de trabalho, mas grande parte dessa força de trabalho permaneceu invisibilizada pelas informações oficiais por estarem desempenhando ocupações que não eram classificadas enquanto produtivas ou formalizadas. Historicamente, a mão de obra feminina se evidencia por ser mais barata e estar frequentemente inseridas em atividades precarizadas e desvalorizadas (Rodrigues, 2017).

A divisão sexual do trabalho, conceito explorado anteriormente, foi utilizada como justificativa para a relação assimétrica entre sexos, inclusive no mercado de trabalho. O homem torna-se o chefe da família responsável pelo sustento de todos, a mulher é a



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

responsável pelos papéis de cuidado e tarefas domésticas (Jesus; Barbosa, 2016). Mesmo antes de nascer, já existe uma série de fatores comportamentais que são esperados conforme o sexo da criança. Desde novas, as mulheres já são as principais responsáveis pelas atividades domésticas (Garcia, 2021).

A divisão sexual do trabalho atribuiu às mulheres o trabalho decorrente do cuidado doméstico que é historicamente desvalorizado, mas primordial para criação da força de trabalho. (Nogueira, 2011). A entrada da mulher no mercado de trabalho decorre da necessidade para a sua sobrevivência e para o sustento da família e como um caminho para sua realização pessoal e emancipação. Assim, a divisão sexual do trabalho e as desigualdades de classe têm moldado historicamente as características da inserção da população feminina no mercado de trabalho (Rodrigues, 2017).

No Brasil, até início do século passado, valores patriarcais vigentes na sociedade impunham restrições para as mulheres se inserirem formalmente no mercado de trabalho, por exemplo, somente a partir de 1943 as mulheres puderam ingressar no mercado de trabalho sem autorização do marido (Pena, 1981, p. 148). A introdução das mulheres no mercado de trabalho se deu através de profissões relacionadas à serviços, primordialmente, ao cuidado (Rodrigues, 2017).

Tempos de crise econômica e particularmente durante o período de reestruturação produtiva, iniciado na década de 1980, fizeram com que o aumento expressivo da mão de obra feminina a partir dos anos de 1990 se caracterizasse pelas condições de precarização do trabalho e marcada desigualdade socioeconômica. Um cenário que sofreu outros revezes após a crise econômica de 2008, com a diminuição da proteção social e redução de serviços públicos. As desigualdades de gênero e classe se mantêm persistentes, no qual as mulheres continuam a ser maioria nos trabalhos informais e em tempo parcial (Hirata, 2011).

Tal fato advém da necessidade, predominante da mulher, de cuidar dos trabalhos domésticos. Aquelas que podem, terceirizam os trabalhos domésticos contratando, em geral, outras mulheres em situações precárias (Garcia, 2021).

Ao longo do Século XX, a elevação do nível de instrução entre as mulheres contribuiu para sua maior inserção no mercado de trabalho e fortaleceu a luta por seus direitos na sociedade. Com mais educação, muitas passaram a investir em seu próprio desenvolvimento, adiando o casamento, optando por ter menos filhos, almejando por salários



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

mais justos e melhores condições de vida. Dessa forma, começaram a ocupar posições e desempenhar papéis antes reservados aos homens (Jesus; Barbosa, 2016).

Entretanto, a desigualdade e inequidade de gênero, também imprimiram suas marcas nas escolarizações e qualificação profissional das mulheres. Mesmo quando há o aumento das mulheres na educação, ainda persiste a segmentação por sexo nos cursos universitários. As mulheres continuam concentradas em áreas de menor valorização, frequentemente relacionadas ao cuidado e outras profissões tradicionalmente femininas (Leone; Portilho, 2018).

Como consequência, as desigualdades salariais entre homens e mulheres são um dos aspectos mais persistentes da discriminação de gênero no mercado de trabalho. A escolha da carreira é um fato determinante, mas não único, ao se analisar a diferença salarial entre gêneros. As profissões caracterizadas como majoritariamente femininas apresentam uma remuneração inferior às ocupações consideradas predominantemente masculinas, o que evidencia a naturalização de papéis de cuidado como atributos femininos e a consequente reprodução de desigualdades salariais (Jesus; Barbosa, 2016).

As expectativas das mulheres em relação ao mercado de trabalho têm evoluído em consonância com as mudanças socioculturais e econômicas. Apesar de as mulheres estarem ingressando cada vez mais no mercado e em carreiras que tradicionalmente são masculinas, o mesmo não acontece com os homens, tanto nas carreiras quanto nas responsabilidades domésticas. A nova dinâmica social acarretou uma crise do cuidado que é gerada pelo avanço da presença em massa das mulheres no mercado de trabalho sem uma mudança expressiva na divisão sexual do trabalho na esfera privada das famílias, no qual a responsabilidade pelos cuidados de pessoas e tarefas domésticas continua a ser quase que exclusivamente feminino (Abramo; Valenzuela, 2016, p. 114).

Assim, não há uma mudança estrutural de fato na sociedade, as conquistas dos avanços para mulheres no trabalho ainda são de menores proporções quando comparados aos avanços das mulheres na educação. Muito embora sejam observadas transformações inegáveis na vida social das mulheres, as mudanças não se refletem enquanto maior equidade nas famílias e tampouco nas políticas públicas que ainda atribuem à mulher a responsabilidade de cuidadora principal, muitas vezes desconsiderando a sobrecarga de atividades e escassez de tempo que recai sobre as mulheres (Abramo; Valenzuela, 2016, p. 114).



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO DE 2014 A 2019

Em estudo que analisa a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiros no período de 2014 a 2019 apontam que a recessão econômica vivida pelo Brasil no período de 2014 a 2016 foi especialmente desafiadora para as mulheres. Nesse período, houve aumento da taxa de desemprego que em certa medida reflete o aumento da População Economicamente Ativa (PEA) principalmente por incrementos expressivos na participação feminina no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que se observou a diminuição da taxa de participação masculina. A predominância da inserção das mulheres estava em setores tradicionalmente associados ao trabalho feminino, como saúde, educação, comércio e serviços domésticos (Baltar; Omizzolo, 2020).

A busca de emprego pelas mulheres ocorreu no momento de estagnação e aumento da taxa de desemprego masculina. A fim de complementar a renda familiar, as mulheres buscavam mais oportunidades de trabalho. No entanto, muitas mulheres ficaram desempregadas, indicando que embora elas sejam absorvidas como mão de obra mais barata, também possuem uma maior vulnerabilidade em momentos de retração econômica (Baltar; Omizzolo, 2020).

Entre 2016 e 2019, foi um período de estagnação, com uma leve melhora na economia, que os autores observam que os níveis de desemprego masculino apresentaram uma pequena redução, enquanto o desemprego feminino aumentou (Baltar; Omizzolo, 2020).

No que se refere aos índices de formalidade do contrato de trabalho, os autores mostram que em 2014, apenas 51,8% dos ocupados tinham contrato formal. Os números caíram com a recessão e seguiram caindo até 2019, em parte, em decorrência da reforma trabalhista em 2017. Durante esse período, houve o aumento de assalariados informais e não assalariados – contra própria e empregadores. Com relação às mulheres, a formalização era baixa, se manteve no período de recessão e caiu no período de recuperação da atividade econômica (Baltar; Omizzolo, 2020).

Ao analisar a diferença salarial entre homens e mulheres, os autores constatarem que as mulheres tiveram um rendimento inferior em todos os setores, com exceção do setor de construção em que a participação feminina é ínfima, muito embora, a recessão econômica tenha aproximado o rendimento de homens e mulheres devido a um achatamento para as



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

rendas mais baixas. A recuperação econômica, em 2019, manteve o cenário, mas o rendimento feminino correspondia a 78,4% da renda masculina (Baltar; Omizzolo, 2020).

Durante o período analisado, novamente verificou-se a segregação persistente das atividades no qual as mulheres estavam inseridas predominantemente em trabalhos relacionados ao cuidado (Baltar; Omizzolo, 2020).

MERCADO DE TRABALHO – TAXA DE DESEMPREGO, FORMALIDADE E DIFERENÇA SALARIAL PÓS-PANDEMIA

A pandemia por COVID-19 trouxe um forte impacto na economia dos países. No Brasil, o desemprego e a queda de renda chegaram a níveis recordes. Em 2021, iniciou uma recuperação econômica devido ao controle mais efetivo da pandemia e de adaptações das atividades produtivas. Somente a partir de 2022 há uma recuperação efetiva dos postos de trabalho que prosseguiu em 2023 (IBGE, 2024).

Como esse período se reflete nos indicadores de mercado de trabalho? Para dar continuidade nas reflexões sobre a condição de trabalho das mulheres, iremos explorar as informações de força de trabalho, formalidade e diferença salarial captada pelo IBGE através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD C).

A PNAD C classifica a população ocupada como aquelas pessoas que, na semana de referência, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadoria ou benefícios ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. A partir do 4º trimestre de 2015, em acordo com as recomendações da 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho – CIET, da OIT, pessoas em licença remunerada, independentemente do tempo de afastamento, passaram a ser classificadas também como "ocupadas" e seus rendimentos do trabalho foram coletados normalmente (IBGE, 2024).

No que tange à A população desocupada diz respeito às pessoas é aquela que na semana de referência tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência. Também é considerada desocupada aquelas que não tomaram providências para conseguir trabalho porque já haviam conseguido trabalho para começar após a semana de



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

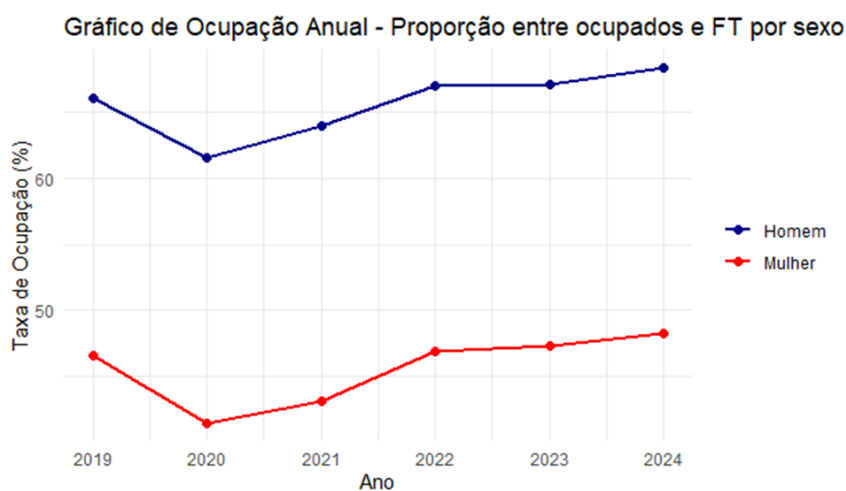
referência, em até 3 meses. População fora da força de trabalho é classificada como fora da força de trabalho na semana de referência as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas nessa semana (IBGE, 2024).

O conceito de trabalho informal da PNAD Contínua segue a recomendação da OIT – Organização Internacional do Trabalho, sendo considerados informais os empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem ambos, para a previdência social; e trabalhadores familiares auxiliares (IBGE, 2024).

A diferença salarial refere-se à variação nos salários pagos a diferentes grupos de trabalhadores, mesmo quando desempenham funções semelhantes ou possuem qualificações comparáveis.

Ao explorar informações para o Brasil, é possível verificar uma queda das mulheres ocupadas na pandemia. Antes da pandemia, o número de mulheres ocupadas vinha aumentando, cai em 2020 – ano de pandemia – em 2021 volta a crescer gradativamente até 2024, ultrapassando os números anteriores à pandemia. Os homens também apresentaram o mesmo padrão de ocupação, no entanto, quando comparados com as mulheres, houve um crescimento da participação masculina no período da pandemia.

GRÁFICO 1 – Taxa de Ocupação (%) por sexo e ano. Brasil – 2019-2024



Fonte: PNADC. Elaboração própria.

Nota: Os gráficos foram feitos através da média ponderada dos dados trimestrais da PNAD Contínua.

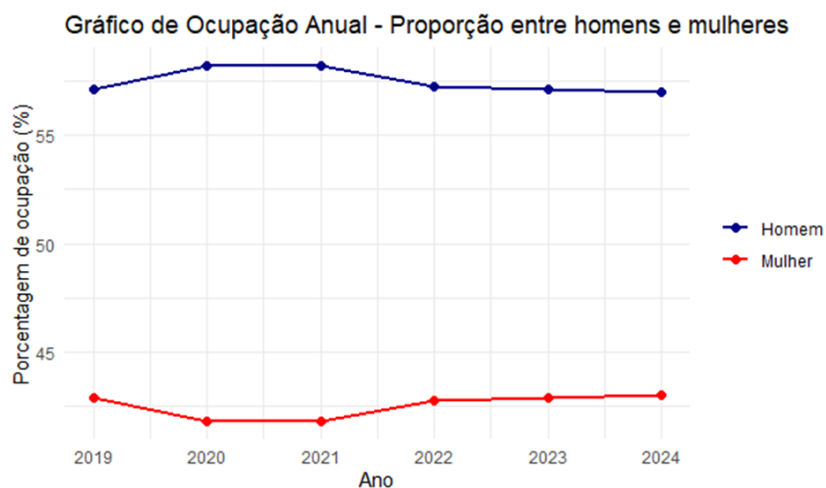


III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

GRÁFICO 2 – Taxa de Ocupação (%) por sexo e ano. Brasil – 2019-2024



Fonte: PNADC. Elaboração própria.

Nota: Os gráficos foram feitos através da média ponderada dos dados trimestrais da PNAD Contínua.

Com relação à Taxa de desocupação, as mulheres o Gráfico 3 mostra que o único momento em que a taxa de desocupação masculina ultrapassa a feminina é no primeiro ano da pandemia, no ano seguinte observamos as mulheres atingirem o seu maior patamar de desocupação durante os anos analisados. E complementando as informações demonstradas no Gráfico 1, nota-se a expressiva recuperação em curso a partir de 2022 com a redução significativa da taxa de desocupação tanto de homens quanto das mulheres, havendo um movimento de maior aproximação entre as taxas femininas e masculinas nos anos mais recentes.

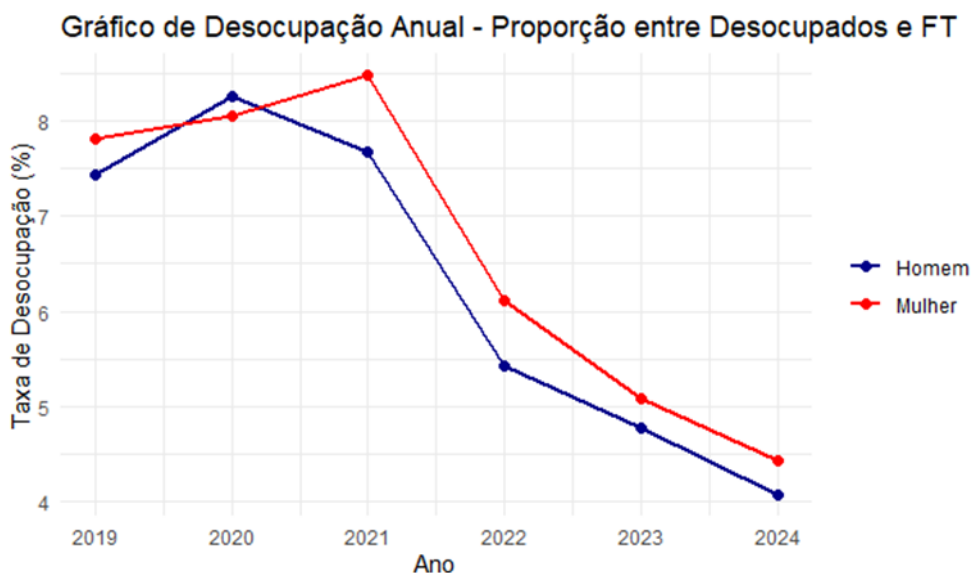


III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

GRÁFICO 3 – Taxa de Desocupação (%) por sexo e ano. Brasil – 2019-2024



Fonte: PNADC. Elaboração própria.

Nota: Os gráficos foram feitos através da média ponderada dos dados trimestrais da PNAD Contínua.

No que diz respeito à informalidade, as restrições impostas principalmente no primeiro ano da pandemia afetaram significativamente as formas de trabalho, sendo as atividades que dependem da interação e da circulação de pessoas presencialmente as mais prejudicadas. Muitas atividades tiveram que se adaptar às condições de isolamento e distanciamento social, trabalhadoras e trabalhadores com vínculo de trabalho formalizado puderam ter maior garantias de manutenção do trabalho e da renda enquanto essas adaptações aconteciam. O Gráfico 4 confirma o processo de retomada das atividades de trabalho, sejam elas formais ou informais. Os níveis de informalidade tanto para homens quanto mulheres encontram-se estabilizados nos últimos 3 anos em patamares muito próximos ao observado em 2019.

III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

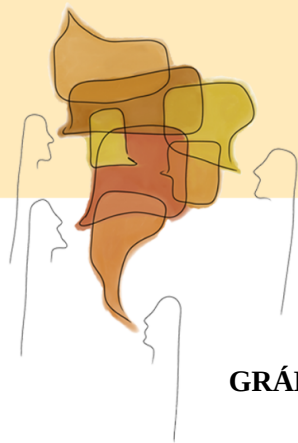
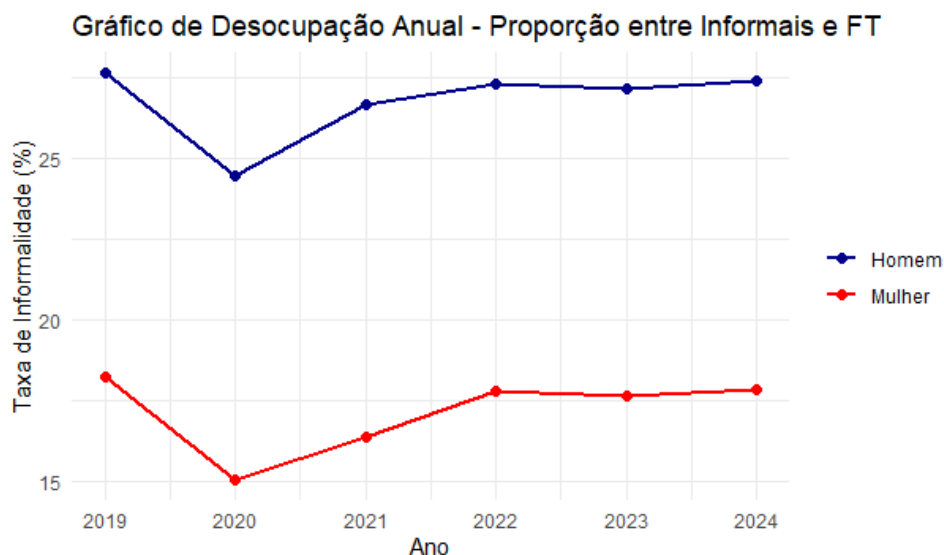


GRÁFICO 4 – Taxa de Informalidade por Desocupados (%) por sexo e ano. Brasil – 2019-2024



Fonte: PNADC. Elaboração própria.

Nota: Os gráficos foram feitos através da média ponderada dos dados trimestrais da PNAD Contínua.

Com relação aos rendimentos médios, as mulheres apresentaram em todos os anos valores menores, sendo que a menor diferença aconteceu em 2021 em que o salário das mulheres correspondia a 80% do salário dos homens. A redução observada na diferença relativa, no entanto, está relacionada com a queda no rendimento médio dos homens. O rendimento médio das mulheres praticamente se manteve oscilando em torno do mesmo patamar, o que sugere que as condições de diminuição do gap foram motivadas por um aprofundamento na precarização da renda do trabalho em relação à 2019.

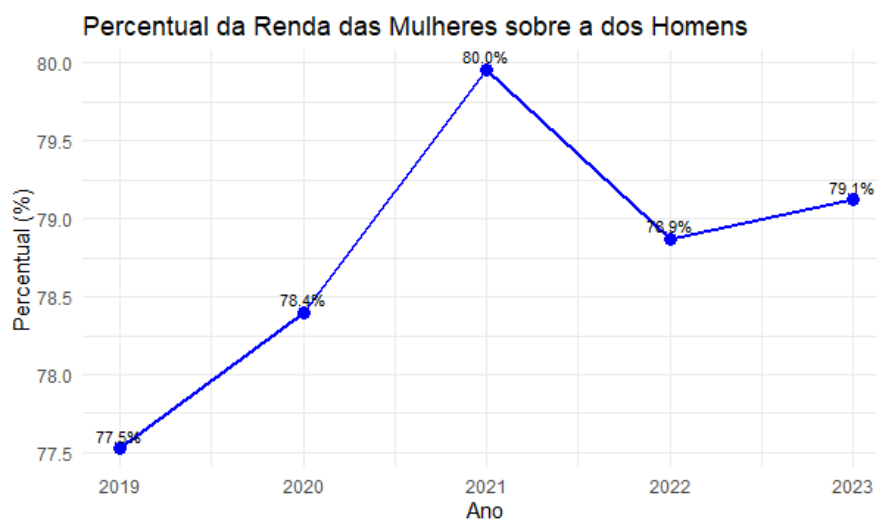


III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

GRÁFICO 5 – Percentual de rendimento (%) por sexo e ano. Brasil – 2019-2024

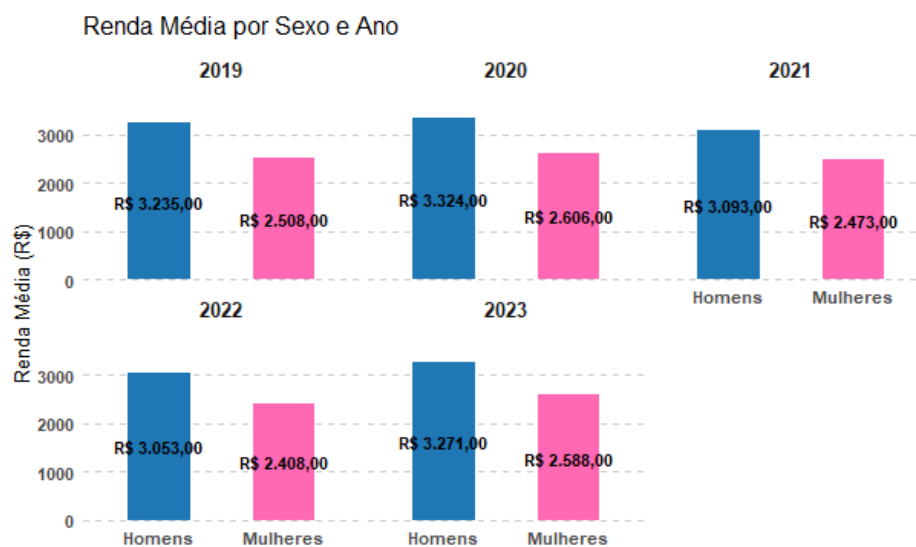


Fonte: PNADC. Elaboração própria.

Nota: Os gráficos foram feitos através da média ponderada dos dados trimestrais da PNAD Contínua.

Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, habitualmente recebido no trabalho principal.

GRÁFICO 5 – Rendimento médio por sexo e ano. Brasil – 2019-2024



Fonte: PNADC. Elaboração própria.

Nota: Os gráficos foram feitos através da média ponderada dos dados trimestrais da PNAD Contínua.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

CONCLUSÃO

A presente análise evidencia que, apesar da recuperação gradual do mercado de trabalho no período pós-pandemia (2022-2024), as desigualdades de gênero permanecem estruturais e persistentes. A crise sanitária provocada pela pandemia por COVID-19 intensificou a vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho, acentuando padrões históricos de desigualdade, especialmente no que se refere à inserção ocupacional.

No que tange à desigualdade salarial, os resultados indicam que, embora tenha ocorrido uma redução momentânea da diferença de rendimentos entre homens e mulheres no período crítico da pandemia, essa convergência foi impulsionada, sobretudo, pela retração nos salários masculinos, e não por um avanço estrutural na equidade de gênero. Nos anos seguintes, a disparidade salarial voltou a se ampliar, consolidando um padrão historicamente desfavorável às mulheres, mesmo em setores onde sua presença é predominante.

Dessa forma, os achados desta pesquisa corroboram a literatura existente ao demonstrar que as crises econômicas tendem a impactar de maneira desproporcional os grupos historicamente mais vulneráveis, como as mulheres. Para que as mulheres possam alcançar uma igualdade real e permanente no mercado de trabalho, é fundamental que sejam implementadas políticas públicas voltadas para a valorização e proteção do trabalho feminino, o combate à desigualdade salarial e a promoção de condições de trabalho mais justas e seguras. Assim, as mulheres não ficam tão vulneráveis em momentos de crise econômica e sociais. Além disso, é necessário repensar a divisão sexual do trabalho e incitar as construções sociais que ainda associam o trabalho de cuidado e os empregos mais desvalorizados às mulheres.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís; VALENZUELA, María Elena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016. p. 113-124.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoria da reprodução social: elementos fundamentais para um feminismo marxista. Tradução de: Camila Carduz Rocha e Clara Saraiva. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, SP, v. 13, n. 2, p. 619-651, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14244/contemp.v13i2.1258>. Acesso em: 15 jun. 2024.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

BALTAR, Carolina Troncoso; OMIZZOLO, Julia Alencar. Participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro de 2014 a 2019. **Textos de Economia**, Florianópolis, SC, v. 23, n. 1, p. 123-142, 2020.

GARCIA, Bruna Carolina. **O trabalho doméstico não remunerado no Brasil**: uma análise a partir da PNAD Contínua 2019. 2021. 92f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2021.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Sociologia e natureza: classes, raças e sexos. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo, SP: Boitempo, 2016. p. 27-36.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 24, n. especial 1, p. 15-22, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2024. Rio de Janeiro, RJ, 2024.

JESUS, Carla Simone Barbosa de; BARBOSA, Robson de Jesus Silva. Trabalho feminino x nível de escolaridade: uma análise sobre a influência da educação para a inserção da mulher no mundo do trabalho. **Revista Ártemis**, João Pessoa, PB, v. XXI, p. 131-146, 2016. DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v21n1p131-146

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. Tradução de: Vivian Aranha Saboia. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2009. p. 67-75.

LEONE, Eugenia Troncoso; PORTILHO, Luciana. Inserção de mulheres e homens com nível superior de escolaridade no mercado de trabalho brasileiro. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 26, n. 52, p. 227-246, 2018. DOI: 10.20396/temáticas.v26i52.11709

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado. A divisão sexual do trabalho e na reprodução**: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2011.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1981.

RODRIGUES, Rosângela Rocio Jarros. Educação profissional da mulher e a ascensão a cargos de liderança. **Revista Labor**, Fortaleza, CE, v. 2, n. 18, p. 64-77, 2017.